

TERMO DE USO

Última atualização em 12 de setembro de 2025.

O presente Termo de Uso (“Termo”) contém os termos e condições que regulam a contratação para uso do **SOFTWARE PROJURIS IA** (“Projuris IA” ou “Plataforma”) e representa um acordo legal e vinculativo entre a **SOFTPLAN PLANEJAMENTO E SISTEMAS S.A, CNPJ/MF: 82.845.322/0001-04** (“Projuris”) e o Usuário (“Usuário”) identificado no cadastro da Projuris IA, em conjunto denominados como “Parte(s)”.

A utilização de qualquer funcionalidade da Projuris IA implica na plena ciência e aceitação deste Termo. Recomenda-se ao Usuário a leitura atenta de todas as suas disposições antes de utilizar a Plataforma.

1. OBJETO

1.1. O presente Termo estabelece as condições para o uso do Projuris IA, na modalidade SaaS (Software as a Service).

1.1.1. O licenciamento dos Serviços é concedido ao Usuário em caráter temporário, não exclusivo, intransferível, revogável e não oneroso.

1.1.2. O Software é disponibilizado “no estado em que se encontra”, sem qualquer garantia expressa ou implícita, incluindo, sem limitação, aquelas relacionadas a título, comercialização, qualidade satisfatória, não violação ou adequação a uma finalidade específica. A Projuris não garante a precisão, completude, atualidade, compatibilidade técnica ou desempenho dos resultados gerados, nem assegura que as funcionalidades atenderão às necessidades específicas de cada usuário.

1.1.3. O presente Termo de Uso é aplicável a todas as ferramentas existentes no endereço: <https://projuris.ia>, sendo elas: Calculadora de ROI de Gestão de Contratos, Sumarizador de Contratos, Diagnóstico de Gestão de Contratos, Diagnóstico de Gestão de Processos e Provisão, Gerador de Petição Inicial, Gerador de Contrato de Honorários, Assistente Virtual Jurídico, Ferramenta de Gestão de Contratos Gratuita e todas as demais ferramentas que serão disponibilizadas no mesmo endereço.

2. PRAZO

2.1. Este Termo terá vigência pelo prazo inicial indeterminado, contados a partir da data de cadastro no Projuris IA.

3. EXTINÇÃO

3.1. Qualquer uma das Partes poderá resilir a contratação sem apresentar justificativa, desde que comunique, por escrito, à outra Parte.

4. CONDIÇÕES DE USO DO PROJURIS IA

5.1. Apresentação. O Projuris IA é uma iniciativa da Projuris, criada para centralizar e disponibilizar gratuitamente soluções tecnológicas inteligentes voltadas à gestão jurídica. A plataforma oferece ferramentas que apoiam profissionais do setor jurídico corporativo em atividades como contratos, processos, provisionamento e outras rotinas operacionais e analíticas.

5.1.1. As soluções disponibilizadas por meio da Plataforma possuem caráter exclusivamente informativo, educacional ou operacional. Todo o conteúdo é oferecido como material digital gratuito e fornecido sem qualquer obrigação de continuidade, suporte técnico, customização, Acordo de Nível de Serviço (SLA) ou responsabilidade por resultados. O uso é feito sob exclusiva responsabilidade do Usuário.

5.2. Utilização. O acesso ao Projuris IA é gratuito e está disponível a qualquer pessoa física maior de 18 anos ou pessoa jurídica regularmente constituída que deseje utilizar as ferramentas oferecidas. O usuário declara estar ciente de que as ferramentas não substituem orientação jurídica profissional, tampouco devem ser utilizadas como base única para decisões jurídicas, contratuais, administrativas ou estratégicas.

5.2.1. É vedada qualquer finalidade comercial, bem como a revenda, sublicenciamento, redistribuição, reprodução ou adaptação dos materiais, salvo mediante autorização expressa da Projuris.

5.3. Suporte. As ferramentas disponibilizadas por meio da Plataforma não contam com suporte técnico, atendimento personalizado ou acompanhamento contínuo. Por se tratar de recursos gratuitos, não há qualquer SLA que assegure disponibilidade, estabilidade, correções ou atualizações.

5.4. Diante da disponibilização a título gratuito da Plataforma, o Usuário obriga-se e responsabiliza-se a:

a) Fornecer corretamente as informações inseridas na Plataforma, incluindo, mas não se limitando a nomes e suas variações, número de processo, login, senha e demais dados necessários à sua correta utilização. A Projuris

não possui ingerência sobre essas informações e não se responsabiliza por quaisquer danos, prejuízos ou falhas decorrentes da inserção incorreta ou incompleta desses dados;

b) Não transmitir, armazenar ou disponibilizar através ou na Plataforma qualquer informação, dado, material ou conteúdo ilegal, impróprio, protegido por segredo ou outro estatuto legal, confidencial, que viole direitos de terceiros, ofensivo, protegido por direitos autorais ou que possa causar danos ao Software, exceto quando o Usuário for titular dos respectivos direitos ou estiver devidamente autorizado/licenciado para seu uso. O Usuário assume integral e exclusiva responsabilidade pelo conteúdo de todos os dados armazenados e/ou transmitidos no e/ou pelo Projuris IA;

c) Controlar, monitorar, validar e verificar os dados inseridos, gerados ou produzidos a partir do Software, sendo o Usuário exclusivamente o responsável pelas informações e dados obtidos ou trafegados na utilização cotidiana e padrão da Plataforma;

d) Manter os seus dados cadastrais devidamente atualizados, incluindo o endereço eletrônico para envio de notificações, comunicando qualquer alteração à Projuris; e

5.5. A Projuris poderá alterar e gerenciar qualquer procedimento técnico referente a hospedagem fornecida por subcontratada ou alterar os conteúdos, ferramentas e funcionalidades da Plataforma, bem como excluí-los, sem aviso prévio.

5.6. O Usuário reconhece que os serviços informáticos (“Serviços”) visam apoiar gratuitamente seu negócio, estando ciente que os Serviços estão sujeitos a falhas ou instabilidades, de modo que em eventuais interrupções, erros ou indisponibilidade do Software, caberá a ele adotar medidas alternativas para o cumprimento de suas próprias atividades e obrigações.

5.7. A Projuris em nenhuma hipótese será responsável:

a) Pela veracidade e/ou omissão das informações do Usuário;

b) Por envio de informações que impliquem a anulabilidade dos atos jurídicos realizados, especialmente aquelas informações que estejam evitadas de erro, dolo e simulação;

c) Pela tomada de decisões de natureza administrativa, jurídica, comercial, financeira, operacional que são inerentes ao dia a dia do Usuário;

d) Por falhas, perdas, danos e/ou prejuízos suportados pela Projuris em razão de erros causados pelos sistemas de transmissão ou de roteamento de dados via internet fornecidas pela empresa de telecomunicações, por negligência de empresas envolvidas no processo, omissões do Usuário e/ou terceiros atuando em seu nome. A Projuris somente será responsável pelo funcionamento de seus próprios computadores e demais equipamentos de comunicação restritos ao Usuário.

5. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

6.1. Todos os direitos relativos à propriedade intelectual do Software, em sua integralidade, são e permanecerão de titularidade da Projuris, não tendo o Usuário qualquer direito de propriedade intelectual, incluindo a sua exploração comercial, ou, de eventuais modificações ou evoluções desenvolvidas pela Projuris sobre o Software.

6.2. É vedada a utilização, pelo Usuário, da marca e logo do Projuris, do Grupo Softplan ou da marca ou logo do Software ou do Grupo Softplan.

6.3. É vedado ao Usuário, sem a prévia, específica e escrita autorização de representante legal da Projuris:

a) Divulgar, revelar ou disponibilizar, no todo ou em parte, o Software a qualquer terceiro;

b) Copiar, alterar, adaptar, aprimorar, corrigir, traduzir, atualizar, desenvolver novas versões ou elaborar obras derivadas do Software ou de qualquer de suas partes ou componentes;

c) Desmontar, decompilar, fazer engenharia reversa do Software, obter, acessar ou tentar obter ou acessar o código-fonte do Software e/ou qualquer um de seus dados ou informação confidencial por meio de qualquer outra forma;

d) Remover os avisos de direitos autorais ou quaisquer outros avisos de direitos de propriedade intelectual contidos no Software;

e) Utilizar os Serviços a fim de elaborar um software ou serviço concorrente, copiar quaisquer ideias, recursos, funções, funcionalidades, características ou gráficos do Software ou usá-lo de forma diversa da qual foi acordada neste documento.

- 6.4.** Havendo descumprimento pelo Usuário, a Projuris se reserva ao direito de interromper os Serviços e/ou rescindir este Termo, a seu critério, sem prejuízo da apuração e cobrança de perdas e danos eventualmente causados à Projuris.
- 6.5.** A Projuris poderá realizar auditoria nos dados inseridos no Software de modo a verificar a correta utilização nos limites contidos neste Termo.
- 6.6.** A Projuris será responsável pela defesa do Usuário, isentando de responsabilidade e indenizando o Usuário com relação a reclamações ou ações de terceiros, sob a alegação exclusiva e comprovada de que o Software viole direitos de propriedade intelectual de terceiros, desde que o Usuário:
- a)** Notifique a Projuris imediatamente e por escrito acerca de qualquer alegação de violação de que venha a tomar conhecimento;
 - b)** Não faça qualquer confissão, declaração, admissão de responsabilidade, acordo, negociação, tentativa de negociação ou qualquer outro ato que comprometa o desfecho da reclamação ou ação sem o prévio consentimento e ou instruções escritas da Projuris;
 - c)** Denuncie a Projuris a lide para esta negociar, conduzir e ou compor amigavelmente as ações; e
 - d)** Atue de acordo com as instruções razoáveis da Projuris e apoie seus advogados, na medida do necessário para a defesa de qualquer ação.

6. PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 7.1.** O Projuris IA (Start) realiza o tratamento de dados pessoais em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), com base nas diretrizes descritas na Política de Privacidade do produto <https://start.projuris.com.br/legal/aviso-de-privacidade-usuario-projuris-start.pdf> e no Acordo de Processamento de Dados (DPA): <https://www.projuris.com.br/img/pdf/acordo-de-tratamento-de-dados-pessoais-dpa-softplan.pdf>.
- 7.2.** Os dados eventualmente inseridos pelo usuário na plataforma serão tratados pela Projuris na condição de operadora, conforme descrito nos documentos acima informados.
- 7.2.1.** O tratamento será realizado exclusivamente para:
- e)** Cumprimento das obrigações contratuais;
 - f)** Atendimento a dever legal do usuário e/ou da Projuris, quando aplicável;
 - g)** Exercício regular de direitos em processos judiciais ou administrativos.
- 7.3.** Em caso de incidente de segurança com potencial violação de dados pessoais, a Projuris se compromete a comunicar o controlador em até 72 horas, colaborando com medidas de contenção e mitigação.
- 7.4.** A Projuris não se responsabiliza por danos decorrentes de ações de terceiros, incluindo parceiros comerciais, provedores de tecnologia, ou qualquer outro agente externo que não esteja sob sua supervisão direta, especialmente em contextos como gestão de contratos e marketing de leads. O usuário é responsável por garantir que os dados inseridos estejam em conformidade com a legislação vigente e com os termos acordados. Ao utilizar o Projuris IA (Start), o usuário declara estar ciente e de acordo com essas políticas.

7. CONFIDENCIALIDADE

- 8.1.** As Partes por si, seus empregados e prepostos, obrigam-se a manter sigilo durante a vigência deste Termo pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses após o seu término, por qualquer motivo, sobre quaisquer dados, materiais, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações, aperfeiçoamento de Software, ou dados gerais a que tiverem acesso em razão deste Termo, não podendo, sob qualquer pretexto, revelar, reproduzir ou transmitir por qualquer meio a terceiros, salvo quando houver prévio e escrito consentimento da outra Parte, respondendo pelas perdas e danos ocasionados a outra Parte.
- 8.2.** As informações disponibilizadas e inseridas na Plataforma pelo Usuário poderão ser coletadas e utilizadas pela Projuris e parceiros para fins de melhorias e aprimoramento das funcionalidades do Projuris IA, bem como para a elaboração de estatísticas e estudos gerais, esta, sem especificar ou identificar o Usuário, sendo que tal prática não viola as cláusulas de confidencialidade do presente Termo.
- 8.3.** Caso quaisquer das Partes torne-se legalmente obrigada a revelar qualquer das informações, a Parte que foi obrigada a revelar quaisquer Dados deverá notificar a outra Parte, sobre tal obrigação, em prazo razoável. Adicionalmente, a Parte somente revelará a parte das Informações Confidenciais a que for legalmente requisitada.

8. PRÁTICAS DE COMPLIANCE, ANTICORRUPÇÃO, PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO E DIREITOS HUMANOS

9.1. As Partes declaram que cumprem e cumprirão todos os normativos relacionados a anticorrupção, lavagem de dinheiro, antissuborno, antitruste, conflito de interesses e direitos humanos, incluindo principalmente, não se limitando a legislações brasileiras anticorrupção (e seus decretos), assim como legislações e normativos ligados ao combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, assim como qualquer legislação brasileira relativa à lavagem de dinheiro.

9.2. As Partes declaram para todos os efeitos que:

a) Adotam políticas de prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, elaboradas em conformidade com as legislações aplicáveis, bem como, desenvolvem suas atividades em estrita observância a estas políticas, não adotando qualquer prática vedada pela legislação aplicável ou utilizando em suas atividades quaisquer valores, bens ou direitos provenientes de infração penal;

b) Não utilizam trabalho ilegal, se comprometendo, ainda, a não utilizar práticas de trabalho análogo ao escravo ou mão de obra infantil, salvo esta última na condição de aprendiz, observadas as disposições constantes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

c) Não empregam menores até 18 (dezoito) anos, inclusive menor aprendiz, em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como, em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horário noturno e, ainda, em horários que não permitam a frequência destes empregados à escola;

d) Cumprem a legislação trabalhista, quanto às horas de trabalho e aos direitos dos colaboradores e não dificultam a participação desses em sindicatos; e

e) Não utilizam práticas de discriminação negativa e limitativas ao acesso à relação de emprego ou a sua manutenção, incluindo, mas sem limitação, práticas de discriminação e limitação em razão de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico.

9.3. As Partes têm ciência da existência e se comprometem a informar uma à outra por meio de seus Canais de Ética, sobre as práticas não condizentes aos princípios éticos estabelecidos nesse título.

9.3.1. O Canal de Denúncia da Projuris pode ser acessado no seguinte <https://www.contatoseguro.com.br/pt/softplan>.

9.4. O Usuário declara que tem ciência e aceita os termos contantes no Código de Ética e na Política Anticorrupção da Projuris, documentos encontrados no seguinte link: <https://www.softplan.com.br/compliance/>.

9.5. O não cumprimento ou violação por quaisquer das Partes, de quaisquer práticas estabelecidas neste título poderá ensejar a imediata rescisão deste Termo pela outra Parte bem como a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos.

9. RESPONSABILIDADE

10.1. A Projuris não garante que as ferramentas estarão sempre acessíveis, livres de falhas técnicas ou interrupções, nem se responsabiliza por incompatibilidades, resultados obtidos ou pela adequação das funcionalidades aos objetivos de cada usuário. A responsabilidade pelo uso é exclusiva do usuário. A Projuris não responde, em nenhuma hipótese, por perdas, danos ou consequências decorrentes do uso direto ou indireto da plataforma, incluindo decisões jurídicas, operacionais ou financeiras baseadas em seus resultados.

10.2. Na execução dos Serviços, a Projuris será responsável pela reparação de danos comprovadamente causados, apenas e exclusivamente ao Usuário, limitados à sua respectiva e exclusiva participação no evento danoso decorrente de comprovado dolo ou culpa grave (negligência, imprudência ou imperícia) e diretamente relacionado à violação material das obrigações essenciais e expressamente estabelecidas neste Termo.

10.2.1. Eventual responsabilidade da Projuris será limitada ao valor correspondente a 3 (três) vezes o salário-mínimo vigente à data de ocorrência do fato gerador da obrigação de reparar.

10.3. A Projuris não será responsável por:

a) Danos indiretos, especial, punitivo, incidentais ou consequenciais, incluindo, mas não se limitando a lucros cessantes, perda de receita e oportunidade de negócios, interrupção de negócios, perda de credibilidade ou corrupção ou perda de dados;

b) Prejuízos ocasionados pelo Usuário, seus colaboradores e ou terceiros não contratados pela Projuris, por uso indevido, inadequado ou em desacordo com as instruções fornecidas pela Projuris, atos culposos ou dolosos, utilização de softwares, serviços, máquinas e infraestruturas não relacionadas ao escopo deste Termo, bem como integrações não homologadas ou modificações realizadas por terceiros não autorizados.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. As disposições deste Termo prevalecerão: (i) sobre a todos entendimentos, negociações e acordos, prévios, expressos ou verbais, entre as Partes que tenham relação com o objeto aqui tratado, bem como (ii) na hipótese de conflito entre o Termo, seus adendos e anexos, partes integrantes e indissociáveis dele, ou quaisquer outros documentos emitidos pelas Partes.

12.2. Sendo intransferível o acesso aos Serviço, o Usuário reconhece e aceita que é proibido permitir o uso dos Serviços por qualquer terceiro.

12.3. Caso qualquer disposição deste Termo seja considerada ilegal, nula ou inexequível por qualquer razão, as demais disposições não serão afetadas e manter-se-ão válidas e aplicáveis.

12.4. Qualquer aviso, requisição ou outra comunicação sob este Termo deverá ser efetuada por e-mail, para o endereço eletrônico da parte destinatária.

12.5. Este Termo não poderá ser cedido ou transferido por qualquer das Partes sem o prévio consentimento, por escrito, da outra Parte. O Usuário, todavia, desde já autoriza a Projuris a ceder ou transferir este Termo, para qualquer empresa do seu Grupo Societário.

12.6. Cada uma das Partes será a única responsável por seus diretores, empregados, representantes e contratados, assim como, pelas verbas trabalhistas, previdenciárias e/ou de qualquer natureza, devidas e/ou pleiteadas por eles.

12.7. A omissão ou tolerância de qualquer das Partes em exigir o estrito cumprimento das obrigações ora contratadas ou em exercer qualquer direito decorrente deste Contrato não constituirá novação, transação ou renúncia e, tampouco, afetará o direito da referida parte de, a qualquer tempo, exigir o cumprimento das obrigações e/ou de exercer seus direitos.

12.8. O Usuário desde já autoriza a utilização do seu nome e logomarcas ou marcas registradas no portfólio da Projuris, no site e em qualquer material de divulgação, impresso ou digital, dos serviços da Projuris, a título gratuito.

12.9. A contratação e a utilização do licenciamento do Software são destinadas cadeia produtiva do Usuário no desenvolvimento da sua atividade econômica própria, ou seja, servindo como fomento da sua atividade empresarial e, por conseguinte, para a melhora da prestação de serviços aos seus Usuários. Assim, o Usuário não é a destinatário final do Software, sendo inexistente relação de consumo entre as partes. Não se aplica, portanto, o Código de Defesa do Consumidor no âmbito do presente Contrato.

12.10. A Projuris reserva-se ao direito de, a qualquer tempo, atualizar ou modificar estes termos, seja incluindo, removendo ou alterando quaisquer de suas condições.

12.10.1. Ocorrendo mudanças neste Termo que ocasionem alterações significativas de uso ou de condições previamente acordadas com o Usuário ou usuário, estes serão avisado e terão a oportunidade de analisar as mudanças, excetos em situações urgentes, como para evitar abusos autorais ou responder a requisitos legais. Caso o Usuário não concorde com os novos termos, ele poderá solicitar a rescisão Imotivada conforme determinado neste Termo.

12.11. Este Termo será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e fica eleito o foro da Cidade de Florianópolis - SC e ou São Paulo - SP, para resolver qualquer controvérsia ou disputa relacionada a este Termo.

Ao aceitar este Termo, o Usuário declara ter lido, compreendido e concordado com todos os seus termos, de forma plena e irrestrita.